

Venda de bebidas nos estádios é tema de discussão

Assunto:

REUNIÃO PLENÁRIA



Reunião plenária - Foto: Mila Milowski

Na reunião plenária desta terça (2/6), vereadores discutiram temas relacionados ao futebol, com foco na venda de bebidas alcoólicas nos estádios, tema que dividiu opiniões. O vereador Joel Moreira (PTN), que é favorável à proibição, protocolou requerimento para debater o assunto em audiência pública, além do preços dos ingressos, considerados altos, e o horário das partidas. Já Daniel Nepomuceno (PSB), presidente do Clube Atlético Mineiro, defendeu que o público do futebol quer a liberação do álcool nas arenas. Outros parlamentares também apresentaram alternativas à proibição ou liberação total das bebidas.

A expectativa é que o requerimento de Moreira seja apreciado na próxima reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, na segunda-feira (8/6). O parlamentar argumenta que pesquisas demonstram que o álcool potencializa a violência?. Ele afirmou ser necessário enfrentar o que denomina como "lobby das empresas de cerveja" para garantir a segurança dos torcedores nos estádios.

Já o vereador Daniel Nepomuceno classificou como irracional a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, uma vez que, nas imediações das arenas, torcedores consomem cerveja até a hora do início das partidas. Ainda segundo Nepomuceno, pesquisas de opinião pública apontam que a proibição da venda de bebidas alcoólicas é um dos principais fatores a afastar os torcedores dos estádios, que preferem assistir os jogos nos bares. De acordo com o parlamentar, o público do futebol quer a liberação do álcool nas arenas.

Nepomuceno e Lucio Bocão (PTN) levaram a Plenário alternativas à proibição ou liberação total das bebidas nas arenas esportivas. Uma das possibilidades discutidas seria assegurar a venda de cervejas dentro dos estádios até 30 minutos antes do início das partidas, suspendendo o comércio durante o jogo. Tal medida, de acordo com os parlamentares, faria com que os torcedores entrassem mais cedo nas arenas para consumir álcool, em vez de ficarem bebendo nas proximidades do estádio.

Banheiros nas UMEIS

O vereador Elvis Côrtes (SD) afirmou que recebeu reclamações de que em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei) localizada na Vila Cafezal, crianças de dois e três anos, independentemente do sexo, estariam usando o mesmo banheiro. Para o parlamentar, "isso é um absurdo?". Ele afirmou que irá visitar a Umei para conferir se a denúncia procede. Côrtes também sugeriu a criação de uma comissão para fiscalizar o assunto e associou a prática ao que ele denomina de ideologia de gênero.

Para o vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV), o compartilhamento de banheiros por meninos e meninas dessa idade nas unidades de educação infantil não reflete a vontade da maioria da população belo-horizontina. Segundo o parlamentar, caso isso esteja ocorrendo, cabe à prefeitura dar um fim à prática.

Críticas ao Executivo

O vereador Pedro Patrus (PT) criticou o PL 1581/15, do Executivo, que visa à criação do Serviço Social Autônomo Organização de Assistência Social e Educação (SSA-OASE), uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, que deverá executar serviços e programas nas áreas de assistência social e educação, como, por exemplo, o Programa Escola Integrada. Para o parlamentar, o projeto significa a privatização de serviços públicos e a possibilidade de a PBH realizar contratações sem concurso. De acordo com Patrus, o projeto do Executivo está em consonância com outras iniciativas da Prefeitura que ele considera como privatistas: a concessão dos estacionamentos rotativos à iniciativa privada, a realização de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a construção de Umeis e a criação de uma entidade de direito privado para a gestão do Hospital do Barreiro. Patrus criticou, ainda, dispositivo do Projeto de Lei 1581 que assegura a presença de dois representantes com experiência mínima de três anos em gestão de grandes empresas de capital aberto no Conselho de Administração do SSA-OASE. Patrus garantiu que, se necessário, o PT irá obstruir os trabalhos da Câmara para impedir a aprovação do projeto. O PL ainda precisa tramitar por quatro comissões antes de ir a Plenário.

Assista ao [vídeo](#) da reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 2 Junho, 2015 - 00:00
